

CASTELOS DAS ORDENS MILITARES

Castelos das Ordens Militares
Atas do Encontro Internacional

Edição

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Coordenação Científica

Isabel Cristina Ferreira Fernandes
(GEsOS – Município de Palmela)

Lisboa, março de 2014

Os castelos das Ordens Militares em Portugal: estado da investigação

ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES

GEsOS — Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago / M. Palmela

O estudo dos castelos das Ordens Militares deve inserir-se no âmbito das pesquisas sobre a fortificação medieval portuguesa, sem esquecer a importante herança muçulmana, sobretudo a almóada. As soluções construtivas adoptadas seguem os modelos e os conhecimentos técnicos da época, no universo cristão europeu, e aproximam-se, nalguns casos, a projectos executados na Terra Santa, em ambiente de cruzada.

Em qualquer abordagem ao castelo medieval português, é importante recuar ao tempo do Estado Novo e lembrar o papel da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no restauro e na reabilitação de dezenas destes monumentos, ainda que se possam criticar os critérios próximos da *unidade de estilo* que foram aplicados. Uma boa parte dos arruinados castelos portugueses, sobretudo aqueles ligados ao período da formação do reino e aos valores identitários nacionais, mereceram fortes investimentos em termos de recuperação física e, simultaneamente, tiveram lugar alguns registos de cariz arqueológico, ainda que incipientes. Os castelos das Ordens Militares, símbolos por excelência das movimentações cristãs da denominada *reconquista*, encontram-se nesse grupo de monumentos que foram objecto de obras de conservação e restauro entre os anos 30 e 60 do século passado, considerando aqui não só a estrutura fortificada mas também os edificadros que albergavam no seu interior e que, nalguns casos, correspondiam a conjuntos conventuais.

A promoção de estudos de natureza histórica, a compilação e a transcrição de fontes escritas medievais, contribuíram igualmente para o conhecimento das fortificações deste período, enquanto pólos de estruturação da defesa e da organização do território, e como centros de poder.

É, no entanto, a partir dos anos 80 que o estudo das fortalezas medievais conhece um avanço significativo por via da investigação arqueológica e do cruzamento dos resultados obtidos com a informação das fontes documentais escritas e com a leitura e a interpretação de epígrafes a elas associadas.

O entusiasmo das autarquias pela recuperação da memória dos edificadas e dos conjuntos monumentais concelhios, plasmado em investimentos avultados na reabilitação física dos mesmos, a par de projectos de aproveitamento turístico e de animação, por vezes subvencionados pelo estado central e por fundos da Europa comunitária, permitiram a intervenção arqueológica em vários espaços das Ordens Militares, sem que, contudo, fosse expressivo o número de castelos contemplados. Programas de salvaguarda e valorização, com os correspondentes estudos arqueológicos, tiveram lugar nos castelos de Palmela¹, de Alcácer do Sal², de Mértola³, no mosteiro-fortaleza de Flor da Rosa e no castelo e convento de Cristo, em Tomar⁴. Outras intervenções são de registar, ainda que com poucos resultados conhecidos para os períodos de ocupação pelas Ordens Militares: Albufeira⁵, Alcoutim⁶, Aljezur⁷, Aljustrel⁸, Juromenha⁹, Noudar¹⁰, Paderne¹¹, Tavira¹², Cacela¹³.

Na Península Ibérica a organização castral na dependência das Ordens Militares estava estritamente relacionada com a luta contra os muçulmanos, especialmente durante os séculos XII e XIII. Em Portugal, a partir de meados do século XII, a *reconquista* definiu o ritmo de construção e de remodelação das fortificações, da iniciativa do rei ou desses institutos religioso-militares, que entretanto se haviam fundado ou instalado nos territórios conquistados. A guerra exigia postos militares capazes de garantir a defesa das povoações e dos seus territórios, o aprovisionamento e o aquartelamento dos efectivos e das guarnições. À medida que a linha de fronteira se deslocava, a estratégia de progressão contemplava obras de consolidação ou remodelação dos castelos apesados aos muçulmanos e a edificação de outros. Note-se que uns eram fruto de doações régias e outros construídos de raiz em territórios igualmente doados, de que resultavam obrigações perante o rei. Com o abrandamento da ameaça de confrontos e, por conseguinte, do papel militar activo que lhes era cometido, estas fortalezas vão tornar-se centros políticos e administrativos associados ao crescente poder destas milícias mas também, a partir do séc. XIV, à política de afirmação e de intervenção régia.

Temos em Portugal vários exemplos de fortalezas que foram sedes das ordens religioso-militares: Avis, Alcácer do Sal, Castro Marim, Palmela, Mértola, Tomar e Flor da Rosa /Crato¹⁴.

Porém, apenas alguns deles estão estudados na perspectiva da sua ocupação pelas Ordens a que estiveram afectos e que ordenaram a sua construção ou remodelação. Outros castelos e torres, que foram propriedade das Ordens, subsistem como marcos identitários da história medieval e moderna em Portugal, valor que lhes garantiu a reabilitação e o aproveitamento turístico, a que nem sempre corresponderam estudos criteriosos e plurifacetados, capazes de evidenciar e dar a conhecer todas as vertentes da vida desses edificadoss: as militares, as religiosas, as políticas, as sócio-económicas.

Depois dos contributos da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, dos estudos de Ruy de Azevedo (1937), de A. Lopes Pires Nunes sobre o castelo português (1988) e de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986, 1989), foi Mário Barroca quem dedicou especial atenção à arquitectura militar medieval em Portugal e particularmente às fortalezas das Ordens Militares.

O autor forneceu o impulso decisivo aos estudos desta temática com o texto *Do castelo da reconquista ao castelo românico* (1990 e 1994), a que se seguiram outros, especificamente sobre os castelos das ordens militares. Nestes estudos abre também caminhos na investigação do armamento, da epigrafia, da decoração arquitectónica, associando ao castelo da *reconquista* o estudo da arquitectura dos primeiros tempos das Ordens Militares. A sua obra de fôlego, o *corpus* epigráfico intitulado *Epigrafia Medieval Portuguesa (862–1422)*, publicado em 1995, inclui o estudo de todas as inscrições relativas a fortificações das Ordens Militares, muitas delas determinantes para aferições de cronologia e para a compreensão global do seu percurso histórico.

Em 2003 redige, para a *Nova História Militar de Portugal*, o capítulo *Da reconquista a D. Dinis*, onde actualiza parte da informação nas dimensões de organização territorial, recrutamento, armamento e arquitectura militares.

Para a história militar medieval portuguesa do séc. XIV, de que João Gouveia Monteiro é especialista, temos vários trabalhos seus que encerram contributos relativos às Ordens Militares, às suas fortalezas e aos seus efectivos. São eles: *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média* — (1998); *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando* — (1999); *Arcaísmo ou modernidade do Exército Português nos finais da Idade Média? O contributo das Ordens Militares* — (1999); *De D. Afonso IV [1325] à Batalha de Alfarrobeira [1449]. Os desafios da maturidade* (2003)¹⁵.

Nuno Villamariz Oliveira apresenta, em 2000, a dissertação de doutoramento intitulada *Castelos da Ordem do Templo em Portugal, 1120–1314*, onde retoma a problemática das edificações militares templárias, realizando um detalhado percurso pelas diversas fortalezas, rico na representação gráfica, reforçando a vinculação de alguns deles aos modelos da Terra Santa, discutindo o espaço *versus* a arquitectura militar. Esta investigação viria a conduzir, em 2010,

à publicação da obra *Castelos Templários em Portugal*, amplamente ilustrada e com um completo inventário das fortalezas templárias ou que foram propriedade templária, onde o autor questiona algumas teses de outros autores.

Miguel Martins, na sua dissertação de doutoramento, de 2007, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245–1367)*, incluiu uma visão de conjunto dos freires guerreiros das Ordens Militares, entendidos como os verdadeiros profissionais da guerra. Revê o papel dessas ordens na tutela das fortalezas e na política expansionista da coroa, com destaque para a acção dos templários entre Soure e o Tejo, dos Hospitalários a partir de Sancho I e da construção do castelo de Belver, dos freires de Santiago para o sul do território e da Ordem de Avis. É um óptimo ponto de situação e um reequacionamento de algumas problemáticas em torno destas fortalezas. Noutras obras suas, como *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* (2011), as Ordens militares em contexto de guerra, as suas fortalezas e o seu envolvimento estratégico, voltam a estar presentes.

Percorramos brevemente o panorama dos estudos sobre as fortificações das diversas Ordens Militares radicadas no território português.

Em *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do séc. XII* (1997), de Mário Barroca, os castelos templários são apresentados como protótipos de um exímio conhecimento da arte militar, exemplares do que de mais vanguardista se construía na época e sublinha-se a responsabilidade que tiveram, nessas inovações, os contactos da Ordem e particularmente do seu mestre Gualdim Pais, com os empreendimentos na Terra Santa. O castelo de Tomar (**Fig. 1**), cuja construção se prolongou entre 1160 e 1170, é reconhecido como o ponto alto do programa de construção e reformulação de fortalezas definido pelo mestre, programa já então concebido com o intuito de aí se instalar a sede da Ordem. É dedicado algum cuidado explicativo a inovações como a torre de menagem e a solução arquitectónica do *alambor*. Neste importante texto, o autor detém-se nos castelos de Soure, Penas Róias, Longroiva, Pombal e Almourol (**Fig. 2**), este último tratado com detalhe.

A. Lopes Pires Nunes, em 2005, centrou-se num percurso pelos castelos e torres da Beira Baixa, onde se incluem edificações templárias. No mesmo ano, Paulo Pereira, no seu *Templários e Templarismos*, conduz-nos também pelo itinerário da arquitectura militar da Ordem do Templo, destacando o castelo de Tomar, cabeça da Ordem. Retoma o tema num outro volume da série¹⁶, para tratar das intervenções do período manuelino no convento de Cristo (**Fig. 1**), monumento a que dedicará, em 2009, estudo específico.

Mais recentemente, como dissemos, Nuno Villamariz Oliveira, elaborou amplo estudo sobre os castelos templários, chamando a atenção para particularidades de alguns edificados

que não têm sido trabalhados. Na publicação de 2010 o autor questiona a existência de uma tipologia de fortificação própria desta Ordem, para concluir que a diversidade é evidente mas admitindo uma *mentalidade templária*, de base cisterciense, presente sobretudo em Tomar e em Castelo Branco.

Há ainda que referir as intervenções arqueológicas no castelo de Tomar, primeiro por Salette da Ponte¹⁷, com resultados limitados para a fase templária e, ultimamente, as dirigidas por Ana Carvalho Dias¹⁸, que têm trazido luz sobre os acessos ao castelo e as ligações à urbe, complementando informação e hipóteses aventadas por M. Sílvio Alves Conde (2001, 2012).

O que resta da primeira casa-mãe da Ordem do Hospital é a igreja de Leça do Bailio (**Fig. 3**), na sua feição gótica de finais do XIII — inícios do XIV, com torre coroada de merlões, o que lhe confere um aspecto fortificado. O templo, enquanto peça artística e centro originário de poder da Ordem do Hospital, foi estudado por Lúcia Rosas e por Paula Pinto Costa¹⁹.

Os castelos da Ordem do Hospital foram objecto da atenção de Mário Barroca em *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (séc. XII a XIV)*, de 2001, conferindo destaque aos castelos de Belver (**Fig. 4**) e de Amieira (**Fig. 5**), que apresenta como paradigmas do castelo românico e do castelo gótico portugueses, respectivamente. É evidenciado o papel de defesa da linha do Tejo que Belver, no território de *Guidimtesta*²⁰, deverá ter assumido, a partir de finais do séc. XII, durante as investidas de Abu Yusuf Ya'qub al-Mansûr, e até à instalação da Ordem em Flor da Rosa (Crato).

O prior Álvaro Gonçalves Pereira ordena, por volta de 1356, a construção da nova sede do Hospital, em Flor da Rosa. Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, em monografia sobre o mosteiro da Flor da Rosa (2009), renovam a leitura do monumento, graças às pesquisas arqueológicas que se realizaram no mosteiro e a uma aturada análise histórica e arquitectónica por ocasião da sua adaptação a pousada de turismo, entendendo-o agora como uma casa-forte, na sua origem. Jorge Rodrigues (2011) virá a aprofundar esta tese da configuração militar da igreja-panteão e a dissertar sobre a origem dos topónimos *Flor da Rosa* e *Crato*, para os quais encontra inspiração em sítios orientais dos cavaleiros de S. João, para além de nos apresentar novas interpretações sobre o castelo da Amieira e sobre os propósitos de Álvaro Gonçalves Pereira, em relação com a mítica batalha do Salado e o milagre do Santo Lenho de Vera Cruz de Marmelar²¹.

Para os castelos da Ordem de Avis, Barroca oferece-nos uma síntese no artigo *Os castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV)* (2002). A milícia de Évora, que lhe deu origem, é entendida como aquela que desde o início (1175) foi criada com uma matriz militar, como o comprova a escolha do militar D. Gonçalo Viegas de Lanhoso para seu primeiro mestre²². Recebe os castelos de Coruche (1176), Alcanede (1187), Benavente, Mafra (1193) e, a partir da doação de Avis, em 1211, os seus domínios concentram-se no Alto Alentejo: constroem um

castelo na povoação de Avis (1214) (**Fig. 6**), altura em que a Ordem passa a assumir a designação de Ordem de Avis e ficará na posse de Seda, Alter Pedroso, Veiros, Juromenha, Alandroal, Évora. A sul, a Ordem vai deter os castelos de Noudar (Alentejo), Paderne e Albufeira (Algarve). O fio condutor, a marca que os freires de Avis conferiram aos castelos sob a sua alçada, segundo M. Barroca, está na capacidade de adaptação das anteriores fortalezas muçulmanas, que não apenas na sua simples reutilização e numa perspectiva que se acredita de reconhecimento das qualidades dos construtores muçulmanos. Esta situação é bem evidenciada no caso do castelo do Alandroal (**Fig. 7**), edificado por um mestre muçulmano²³. Sobre este castelo M. Barroca demora-se na análise de aspectos arquitectónicos e na explicação das notáveis epígrafes. Sublinhamos de novo a valia do seu *corpus* de epigrafia para a compreensão do acto construtivo de algumas das fortalezas e do simbolismo que lhes estava associado, para além de precisões de cronologia dos processos de edificação ou reconstrução.

O modelo de fortificação da Ordem de Avis é, genericamente, de planta ovalada, com povoado dentro da cerca e a alcáçova amuralhada num dos extremos, contendo as instalações dos freires e a torre de menagem²⁴.

Juromenha, Noudar, Paderne e Albufeira têm beneficiado de escavações arqueológicas mas, enquanto fortificações do período islâmico que foram doadas à Ordem de Avis depois da conquista, eles mereceram fundamentalmente a análise da ocupação muçulmana, tanto ao nível arquitectónico como dos registos do quotidiano²⁵. Para Noudar estão em curso estudos inseridos num projecto de investigação do CEPSE — Universidade do Porto, que contribuirão decerto para dilatar os conhecimentos deste castelo e da comenda respectiva²⁶.

O papel da Ordem de Avis no urbanismo da vila onde se instalou a sua sede — Avis — e a relação com a fortaleza, são bem explorados por Armando Pereira, no texto *Avis, viagem a uma vila medieval* (1999). O que resta da fortaleza e do convento, porém, não têm sido alvo de uma adequada análise histórico-artística e arquitectónica.

Os castelos dos freires de Évora carecem também de estudos, em boa parte porque pouco resta de alguns deles. É o caso do castelo de Coruche, objecto de estudo por Hermenegildo Fernandes²⁷, no contexto da militarização e da territorialização de um espaço que foi fronteira duradoura, a sul do Tejo, separando duas sociedades em confronto, a cristã e a almóada, entre os finais do séc. XII e as primeiras décadas do XIII. São de mencionar as escavações arqueológicas levadas a cabo no Museu Regional de Évora, perto da sé, por Ana Gonçalves, que permitiram identificar uma necrópole de freires desta milícia. Acredita-se que aqui se poderão ter localizado as primitivas instalações dos freires de Évora, no último quartel do séc. XII²⁸.

A maior parte das fortalezas da Ordem de Santiago não beneficiou de investigações de fundo. Mário Barroca realizou, sobre o assunto, uma breve sùmula em 2002 e Miguel Martins

retomou o assunto, conseguindo aquela que consideramos a melhor abordagem global ao tema das fortalezas da Ordem de Santiago.

Acrescentam-se alguns estudos de carácter monográfico, como os dos castelos de Palmela e de Alcácer do Sal, o primeiro arqueo-arquitectónico e histórico, o segundo de pendor histórico, a que se acrescentam alguns artigos dispersos de índole arqueológica.

Em Palmela (**Fig. 8**) desenvolvemos, com o município e a comparticipação financeira do estado, um projecto de investigação que nos conduziu, pela via arqueológica, mas sem descurar o conhecimento proporcionado pelos textos, à leitura da ocupação continuada do castelo de Palmela pelos freires de Santiago, desde o último quartel do séc. XII até 1217, quando a sede da Ordem se terá mudado para a recém-conquistada Alcácer do Sal. Identificaram-se restos de edifícios e uma necrópole de freires na área central da alcáçova, tendo uma das sepulturas fornecido uma rara insígnia da Ordem de Santiago. Estes e outros testemunhos, associados às evidências das fontes escritas, conduziram-nos à identificação do castelo de Palmela como a casa-mãe da Ordem de Santiago no período pós-almóada, até 1217. Os estudos alargaram-se ao material militar exumado nas escavações — elementos de armamento e da vida da guarnição —, bem como ao percurso da Ordem ao longo das centúrias seguintes, intramuros. Para além da monografia dedicada ao castelo islâmico e cristão, editada em 2004, trabalhamos de novo todo o conjunto num texto de síntese intitulado *Conventos da Ordem de Santiago em Palmela*, publicado em 2010, no qual se aborda a sede quatrocentista da Ordem. Os castelos e comendas desta Ordem na região de entre o Tejo e o Sado — Palmela, Alcácer do Sal, Almada, Sesimbra, Canha, Samora Correia, Arrábida, Mouguelas e Cabrela, foram por nós tratados no texto *Castelos da Ordem de Santiago — a região do Sado* (2000) e posteriormente, noutros estudos (2004, 2009). Após a conquista de Alcácer (1217), estes castelos e torres de vigia formavam parte, em articulação com Setúbal, Coima-a-Velha e Belmonte, de um sistema de vigilância e defesa que funcionava como barreira no acesso a Lisboa e ao Tejo e que se conservou activo por mais de um século.

Sobre o sistema defensivo medieval de Setúbal, igualmente território dos santiaguistas, Cláudia Silveira desvenda-nos nestas actas alguns aspectos menos conhecidos²⁹.

O caso do castelo de Alcácer do Sal (**Fig. 9**), sede da Ordem entre 1218 e 1245 e entre os inícios do séc. XIV e 1482, foi objecto de intervenção arqueológica, sem que, contudo, os resultados fossem conclusivos para este período, em termos de registos de edifícios. É, no entanto, admitida a coincidência do que resta do convento de Aracoeli com o espaço onde se situariam as instalações conventuais primitivas dos freires de Santiago. Os principais elementos coligidos sobre o conjunto conventual, as suas funcionalidades e a sua evolução, devem-se a Maria Teresa Lopes Pereira³⁰.

Para Mértola, sede da Ordem entre 1245 e finais do séc. XIV, é conhecido o texto de Joaquim Boiça e M. Fátima Rombouts (2002), que cometem a edificação da fortaleza, de feição

gótica, ao processo de autonomização da Ordem, com torre de menagem concluída em 1292. O estudo, para além da descrição das muralhas, dos considerandos de reaproveitamento de anteriores estruturas, incide também sobre outros edifícios como a casa do alcaide-mor e a capela de Santiago, de uso restrito aos freires da Ordem. Apesar do grande investimento arqueológico em Mértola, as investigações não têm proporcionado resultados significativos para a fase da ocupação do castelo pela Ordem de Santiago. As mais recentes leituras contribuem, no entanto, para perspectivar melhor a organização espacial do convento de Mértola³¹.

Outras fortalezas dos freires de Santiago, que seguem a linha do castelo gótico, com plantas geométricas (Santiago do Cacém, Sesimbra, Alcútem...), mereceriam uma análise cuidada, arqueo-arquitectónica. Conhecem-se melhor, através da documentação e de alguns vestígios materiais, iniciativas construtivas da Ordem no século XIII e inícios do XIV, sobretudo nas regiões do Baixo Tejo e do Baixo Sado, de torres-atalaias, no contexto de uma estratégia de defesa que não decorre apenas da necessidade de consolidação da fronteira mas também da preocupação em proteger o seu crescente potentado fundiário. A torre de Belmonte (Benavente), de planta quadrangular, executada em taipa, um outro exemplo da recuperação das técnicas dos mestres muçulmanos, é um dos casos mais interessantes e que beneficiou da informação fornecida por intervenção arqueológica no sítio³².

O entendimento das fortalezas das Ordens Militares nas leituras do território tem vindo a fazer-se pela abordagem histórica, de que Robert Durand foi precursor³³, equacionando o protagonismo das fortalezas das Ordens do Templo no povoamento e na organização do território das Beiras, no séc. XII, e a paulatina concorrência que as Ordens do Hospital e de Santiago lhe irão fazer a partir de finais da centúria. A historiografia recente, com Mário Barroca, Hermenegildo Fernandes, Stéphane Boisselier, Saúl Gomes, M. Sílvio Alves Conde e Marina Vieira, retoma este tipo de questões através do recurso às informações de arquivo complementadas com dados arqueológicos que, nalguns casos, significaram reconhecimentos de campo³⁴, envolvendo áreas geográficas e cronologias distintas, desde a fase final da ocupação islâmica ao dealbar da época moderna.

Hermenegildo Fernandes, no texto sobre Corruche (2005), interroga-se sobre qual será a extensão da ruptura proporcionada pela mudança do controle político e militar na região a sul do Tejo e quais as acções e interacções geradoras de territorialização³⁵.

Stéphane Boisselier, que tem trabalhado sobre o medievo do sul de Portugal³⁶, no seu recente texto *Les châteaux des Ordres d'Avis et Santiago en Alentejo, de la guerre à l'administration, XIIIe-XIVe s.* (no prelo), equaciona a existência de redes administrativas das Ordens Militares de Avis e Santiago, centradas nos seus castelos, em concorrência com

a rede episcopal e as regiões directamente controladas pela monarquia, reconhecendo que nem sempre conseguem suplantar as primeiras enquanto colectoras de direitos senhoriais ou como cabeças de paróquia.

As pesquisas de Saúl Gomes neste âmbito incidem sobre a implantação das Ordens do Templo, do Hospital, de Avis e de Cristo na Estremadura portuguesa, com particular enfoque na região de Leiria³⁷. Para o território do Médio Tejo temos o estudo de M. Sílvio Alves Conde (2005).

Estudos centrados na organização, na gestão e na logística das guarnições e dos exércitos, bem como nas orientações estratégicas dos líderes militares, têm complementado o entendimento da operacionalidade defensiva das fortalezas e do seu papel na efectiva apropriação de um território³⁸. Tal como para outros aspectos já referidos, não podemos distinguir neste âmbito particularidades exclusivas das Ordens Militares³⁹. Nestas actas, para além do texto de Miguel Martins, sobre os arsenais e as coudelarias das Ordens, Carlos Afonso concentra-se no significado de alguns conceitos usados na historiografia militar medieval e no papel das fortalezas na estratégia e na acção da Ordem de Santiago, sob a liderança de Paio Peres Correia, na conquista do Algarve.

É certo, como evidencia Luís Oliveira⁴⁰, que os castelos das Ordens Militares têm sido estudados muito mais como protagonistas da guerra e do poder do que como centros de acolhimento dos freires, que também estavam obrigados às regras espirituais e religiosas. O autor acredita que é essa vertente que os pode singularizar e não as que são comuns a outros exemplares de arquitectura militar medieval. Nesse sentido, procura a identificação e a interpretação dos espaços de vida monástica, incluindo os templos e os seus patronos, nas fortalezas portuguesas das várias Ordens, estendendo a pesquisa a algumas casas de comendas. A novidade deste ensaio é poder vir a permitir a definição de um ou mais modelos para as instalações dos freires, concebidas ou adaptadas para a sua dupla missão de religiosos e combatentes, e que são ainda mal conhecidas para o período medieval.

Obras de carácter geral, sobre castelologia ou sobre ordens militares, têm incluído apartados ou artigos que tratam de fortalezas das Ordens Militares. É caso das Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500–1500*, organizado em Palmela, em 2000, e mais recentemente, o II Simpósio sobre castelos — *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Sécs. VI a XVI)*, realizado em Óbidos, em 2010⁴¹, cujos textos se encontram no prelo. É o caso também das actas dos Encontros quadrienais de Ordens Militares, organizados pelo Município de Palmela, onde os castelos destas milícias são recorrentemente abordados, não tanto pela vertente artístico-arquitectónica ou arqueológica, mas pelo seu papel na formação e defesa do reino, na organização do

povoamento, na administração dos seus vastos bens fundiários, rendas e direitos, na afirmação do poderio das Ordens e na sua relação com a monarquia.

As obras de Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia I — Beira* (1996) e *Castelos da Raia II — Trás-os-Montes* (2003) incluem alguns dos castelos das Ordens Militares, como Monsanto, Longroiva, Penedono, Mogadouro, Penas Roias, Algozo, Penha Garcia, para os quais oferece informação histórica de síntese e boa documentação gráfica. Igualmente com excelente informação ao nível da cartografia e plantas, a obra de Natércia Magalhães, *Algarve — Castelos, Cercas e Fortalezas* (2008), é um bom recurso para o estudo dos castelos de Aljezur, Cacela, Tavira e Alcoutim.

Não podemos também deixar de referir o *Dictionnaire Européen des Ordres Militaires, Prier et Combattre*, coordenado por Nicole Bériou e Philippe Josserand, editado em 2009, que contribuiu para uma maior visibilidade das fortificações portuguesas das Ordens Militares, através de várias entradas assinadas por autores nacionais, nomeadamente para os castelos de Alcácer do Sal, Alcoutim, Almourol, Amieira, Mértola, Monsanto, Noudar, Palmela, Santiago do Cacém.

Considerandos finais

As fortalezas das Ordens Militares têm sido estudadas em perspectivas distintas, optando alguns investigadores por uma visão integrada, com recurso a uma grande variedade de fontes, onde se incluem a documentação escrita, nomeadamente as circunstanciadas descrições dos processos de visitaçào, e as iconográficas, com relevo para os preciosos desenhos de Duarte de Armas. Assim, podemos considerar que estas fortificações têm beneficiado, essencialmente, de análises nas seguintes vertentes:

- da arquitectura e da história militar medievais, que incluem o estudo da evolução física da estrutura, dos seus processos construtivos, das suas funcionalidades militares e de todas as questões relativas às artes da guerra;
- da arqueologia, convergente às anteriores e indispensável para o entendimento da origem da estrutura e da sua evolução, complementando a leitura de paramentos e torres, dos respectivos contextos materiais — onde é fulcral a análise de espólio militar e do quotidiano —, e dos ambientes paisagísticos;
- da epigrafia, pelo número significativo e pelo valor das inscrições associadas a castelos das Ordens Militares no território português;
- da história, identificando e compreendendo os quadros políticos, administrativos, sócio-económicos e mentais que determinaram a sua existência e justificaram a sua sobrevivência, com as adaptações inerentes a uma reestruturação funcional; mas também tratando

a dimensão religiosa própria destes institutos⁴² e que se plasma na concepção e na organização dos seus edificados, quase sempre situados dentro dos amuralhados, nas alcáçovas.

O recurso a uma pluralidade de leituras tem sido evidente, mas está longe de cumprir-se o conhecimento integral do castelo das Ordens Militares. Se bem que ultimamente se tenham privilegiado as abordagens no quadro de estudos mais vastos, de organização do território, da paisagem, da dinâmica do espaço que as muralhas encerram, o certo é que a falta de monografias, a redução do investimento na pesquisa arqueológica, um certo retrocesso na investigação sobre mundo medieval português, aspectos muito sentidos nos últimos anos, não têm favorecido a produção historiográfica neste domínio.

Continua a ser limitado o tratamento de questões de ordem simbólica ou, como bem me fez notar o Professor José Mattoso, o tratamento destas fortalezas no quadro do exercício dos direitos senhoriais. É verdade que alguns historiadores têm afluído esta problemática, questionando os processos de militarização e de feudalização na transição do al-Andalus à sociedade cristã⁴³, mas há ainda que insistir no alargamento das pesquisas de arquivo e numa maior abrangência do espaço analisado. Por outro lado, as aproximações topográficas, as leituras urbanísticas, a ligação do castelo à cidade começam a interessar vários arqueólogos e historiadores, registando-se nesse campo avanços muito positivos.

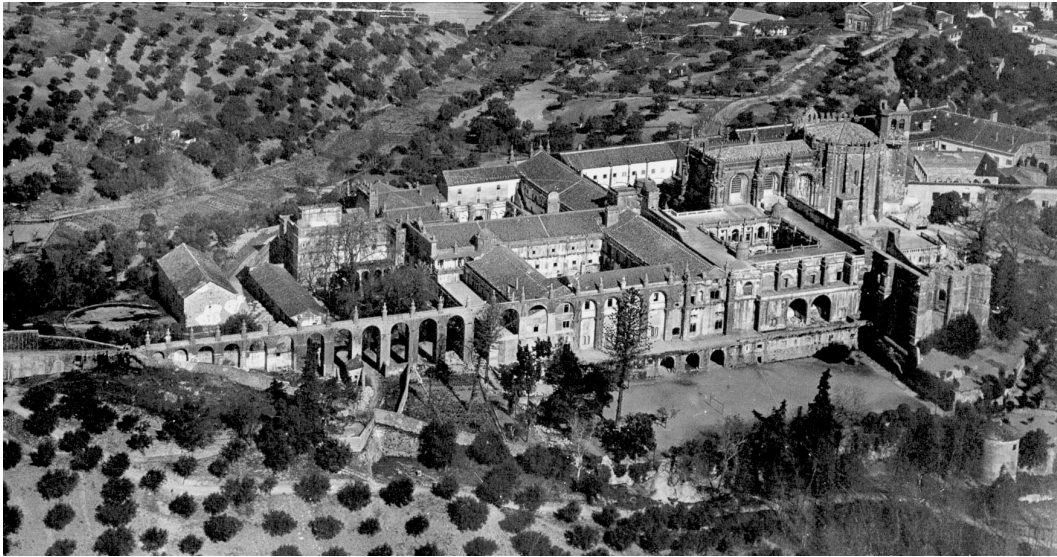


Fig. 1

Convento de Cristo, charola templária e aspecto parcial do castelo, Tomar
(IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMLisboa/DM: Coleção de Fotografias: FOTO.00501736).



Fig. 2

Castelo de Almourol (IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMLisboa/DM: Coleção de Fotografias: FOTO.00504462).



Fig. 3

Igreja do mosteiro de Leça do Bailio
(IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMNorte/DM:
Coleção de Fotografias: FOTO.00055711).



Fig. 4

Castelo de Belver
(IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMsul/DM:
Coleção de Fotografias: FOTO.00166734).



Fig. 5

Castelo de Amieira (IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMsul/DM: Coleção de Fotografias: FOTO.00167526).



Fig. 6

Castelo e convento de Avis (Foto ICFF).

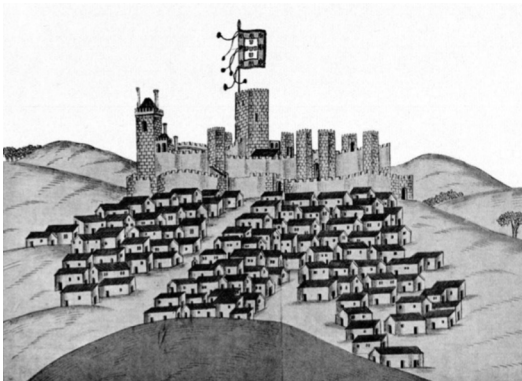


Fig. 7

Castelo do Alandroal. In Livro das Fortalezas, Duarte de Armas. Castelo de Palmela. Município de Palmela (Foto Ricardo Pais).



Fig. 8



Castelo de Alcácer do Sal (IHRU/SIPA. PT DGEMN/DREMSul/DM: Coleção de Fotografias: FOTO.00508610).

Fig. 9

Bibliografia sobre Castelos das Ordens Militares em Portugal

Obras Gerais

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, eds. (2003) – *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.

BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, eds. (2005) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal; Porto: Universidade.

BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia, eds. (2000) – *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*. Catálogo da Exposição em Lisboa e Palmela, Abril a Julho de 2000. Palmela: Câmara Municipal.

BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. (2009) – *Prier et combattre: dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard.

DE ARMAS, Duarte (1990) – *Livro das Fortalezas*. Ed. fac-similada, com Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: ANTT; INAPA.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. (2002) – *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500)*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. (2013) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (sécs. VI a XVI)*. Lisboa: Colibri; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

HERCULANO, Alexandre (1980) – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso. Tomo II. Lisboa: Livraria Bertrand.

JANA, Ernesto (1990–1991) – *O Convento de Cristo em Tomar e as obras durante o período filipino*. Dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).

MATTOSO, José, ed. (1993) – *História de Portugal*. Vols. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores.

MOREIRA, Rafael, ed. (1989) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa: Alfa.

PEREIRA, Paulo, ed. (1995) – *História da Arte Portuguesa*. Vols. I, II e III. Lisboa: Círculo de Leitores.

SERRÃO Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira, eds. (1996) – *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, ed. (2005) – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) – *Arquitetura dos Templários*. In *História da arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Alfa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1989) – *Castelos e cercas medievais: séculos X a XIII*. In *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge (2002) – *História da Arte em Portugal, 2: O Gótico*. Lisboa: Presença.

ALMEIDA, João de (1945–1947) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa: Ed. do autor.

ARRUDA, Ana Margarida (1984) – *Escavações arqueológicas no castelo de Castro Marim: relatório dos trabalhos de 1984*. *Clío Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 249–254.

AZEVEDO, Ruy de (1938) – *Período da formação territorial*. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol 1. Lisboa: Ática, pp. 7–64.

BARBOSA, Isabel Lago (1998) – *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média: normativa e prática*. *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Porto, pp. 93–228.

BARBOSA, Pedro Gomes (2005) – *Guerra de presúria, fossado e algará (da segunda metade do século IX a inícios do XII)*. In BARROCA, Mário J. e FERNANDES, Isabel Cristina F., eds., *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela: Câmara Municipal; Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91–102.

BARBOSA, Pedro Gomes (2008) – *Reconquista Cristã nas Origens de Portugal. Séculos IX a XII*, Lisboa: Ésquilo.

BARROCA, Mário Jorge (1990–1991) – *Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)*. Portugalia. Nova série. 11–12, pp. 89–136.

BARROCA, Mário Jorge (1998) – *D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa*, *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. II Série. 15, pp. 801–822.

BARROCA, Mário Jorge (1998a) – *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII–XV)*. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 19, pp. 39–103.

- BARROCA, Mário Jorge (1998b)** – Castelos medievais portugueses. Origens e evolução arquitectónica (Séc. IX–XIV). In BARRIO BARRIO, Juan Antonio; CABEZUELO PLIEGO, José Vicente, eds. – *La fortaleza medieval: realidad y símbolo: Actas de la XV Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Alicante: Universidad, pp. 13–30.
- BARROCA, Mário Jorge, ed. (1999)** – Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In *Memoriam*. Vol. I, Porto: Universidade.
- BARROCA, Mário Jorge (2000)** – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862–1422)*, Mário Jorge Barroca, Vols. I, II e III, Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge (2000)** – A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII–XIV), In JORGE, Vitor Oliveira, ed., *3º Congresso de Arqueologia Peninsular: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica* (vol. 7), UTAD, Vila Real, Portugal, setembro de 1999, pp. 187–212.
- BARROCA, Mário Jorge (2001)** – Os castelos dos templários em Portugal e a organização da defesa do reino no séc. XII, *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, nº 22, 2001 (Homenatge al Dr. Manuel Riu i Riu (vol. 2), pp. 213–228).
- BARROCA, Mário Jorge (2001a)** – Castelos românicos portugueses (sécs. XII e XIII). In VALLE PÉREZ, José Carlos; RODRIGUES, Jorge – *O Românico em Portugal e Galiza*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, pp. 88–111.
- BARROCA, Mário Jorge (2002)** – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (sécs. XII a XIV). In FERNANDES, Isabel Cristina F., ed., *Simpósio Internacional sobre Castelos, Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, Lisboa, 2002, pp. 535 – 548.
- BARROCA, Mário Jorge (2002a)** – A arquitectura militar da Ordem de Santiago. Breves notas sobre alguns dos seus castelos. In *Castelos da Ordem de Santiago*, Palmela: Câmara Municipal, pp. 9–34.
- BARROCA, Mário Jorge (2003)** – Da Reconquista a D. Dinis, In BARATA, M. Themudo Barata, TEIXEIRA, N. Severiano, eds., *Nova História Militar de Portugal*, vol. I (coord. José Mattoso), Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 21–161.
- BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de (2002)** – O Castelo de Mértola: estrutura e organização espacial (sécs. XIII a XVI). In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos: mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500)*. Palmela 2000. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 579–586.
- BARROS, Maria de Fátima; BOIÇA, Joaquim; GABRIEL, Celeste (1996)** – *As Comendas de Mértola e de Alcaria Ruiva. As visitas e os Tombo da Ordem de Santiago 1482–1607*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- BOISSELIER, Stéphane (1999)** – *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'islam à la reconquête (Xe–XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BOISSELIER, Stéphane (2003)** – *Le peuplement dans le Sud de Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau de d'habitats et de territoires XIIe–XVe siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BOISSELIER, Stéphane (no prelo)** – Les châteaux des Ordres d' Avis et Santiago en Alentejo, de la guerre à l'administration, XIIe–XIVe s. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (sécs. V a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri; Campo Arqueológico de Mértola.
- CATARINO, Helena, (1998)** – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados, *Al-Ulyâ*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 6, Vols. I, II e III, 1997–98, Loulé.
- CATARINO, Helena (2005)** – Arquitectura de taipa no Algarve Islâmico. As escavações nos castelos de Salir (Loulé) e de Paderne (Albufeira). In *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 138–143.
- CARVALHO, António Rafael de; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol Aires (2004)** – *Alcácer do Sal islâmica: arqueologia e história de uma madina do Garb Al-Andalus (sécs VIII–XIII)*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, eds. (1996)** – *Portugal em definição de fronteiras (1096–1325). Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira, eds. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2000)** – *Uma paisagem humanizada: o Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia.

- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2005)** – Fronteira, guerra e organização social do espaço: o vale do Tejo entre muçulmanos e cristãos. In BARROCA, Mário J. e FERNANDES, Isabel Cristina F., eds., *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela: Câmara Municipal; Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 43–52.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2012)** – O urbanismo regular e as ordens religiosas militares do Templo e de Cristo: as “vilas novas” e a evolução urbana de Tomar na Idade Média. In CARREIRAS, José Albuquerque; ROSSI VAIRO, Giulia, ed. – *Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Actas do I Colóquio Internacional*. Tomar: Instituto Politécnico, pp. 271–300.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso (2005)** – A comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro, nos alvares de Quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do Leste de Trás-os-Montes, entre a Idade Média e os Tempos Modernos, In FERNANDES, Isabel Cristina F., ed., *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela: Câmara Municipal, pp. 555–588.
- CORREIA, Fernando Branco (1992)** – O Castelo de Aljustrel: uma tentativa de interpretação. *Vipasca*. Aljustrel. 1, pp. 67–72.
- CORREIA, Fernando Branco (2003)** – Coruche medieval: do final do Império Romano ao crepúsculo da Idade Média. In CALAIS, Cristina, ed. – *O homem e o trabalho. A magia da mão*. Coruche: Câmara Municipal, pp. 71–89.
- CORREIA, Fernando Branco; PICARD, Christophe (1993)** – Intervenção arqueológica no castelo de Juromenha: primeiros resultados. *Arqueologia Medieval*. Porto. 1, pp. 71–89.
- COSTA, Paula Pinto (2000)** – A Ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade, In FONSECA, Luís Adão da, ed., *A Ordem Militar do Hospital: dos finais da Idade Média à Modernidade, Militarium Ordinum Analecta*, 3–4, Porto, pp. 5–592.
- COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge (2009)** – A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I: leitura e contextualização do documento de 1194. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente: actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 679–714.
- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia (2001)** – *Leça do Bailio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Inapa.
- COUTINHO, Valdemar (1998)** – O fim da Reconquista e a construção/ reconstrução de fortificações na região fronteiriça do Algarve. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2.ª série. 15:2, pp. 855–865.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (1984)** – *A Ordem Militar de Avis: das Origens a 1329*. Tese de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa (1991)** – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Universidade.
- DIAS, Ana Carvalho (2012)** – O Castelo dos Templários e o Convento de Cristo à luz das recentes escavações arqueológicas. In CARREIRAS, José Albuquerque; ROSSI VAIRO, Giulia, eds. – *Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Actas do I Colóquio Internacional*. Tomar: Instituto Politécnico, pp. 301–321.
- DIAS, Pedro (1994)** – *Arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- DURAND, Robert (1982)** – *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage au XIIe et XIIIe Siècles*, Paris: FCG.
- FERNANDES, Hermenegildo (2000)** – *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII–XIII)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Hermenegildo (2005)** – Quando o Alémt-Tejo era fronteira: Coruche da militarização à territorialização, In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed., *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Palmela: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, pp. 451–479.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2000)** – O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 571–578.

- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2001)** – Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 22 a 26 de Setembro, Vila Real, 1999, Vol. VII: *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica, Fortificações dos Reinos Cristãos: origens e evolução (séc. IX– XIV)*, Porto: ADE-CAP, pp. 169–186.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004)** – *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005)** – Arqueologia medieval em Portugal: duas décadas de investigação. *Portugália*. Nova série. 26, Porto, pp. 149–173.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005a)** – La restauración de los castillos de Portugal (años 30–60 del siglo XX). In *Arquitectura fortificada: conservación, restauración y uso de los castillos. actas del simposio internacional*, Segovia 2004. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, pp. 157–194.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2009)** – Conventos da Ordem de Santiago em Palmela. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente: actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 583–634.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2013)** – O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja. In TEIXEIRA, André e BETTENCOURT, José António, eds., *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: CHAM – Universidade Nova de Lisboa / FCSH; Universidade dos Açores, pp. 505–516.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; BARROCA, Mário Jorge (2009)** – Architecture castrale. In BÉRIOU, Nicole, JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 104–110.
- FERNANDES, Isabel Cristina; MACIAS, Santiago (2011)** – In ROSA, M. de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, M. João, eds. – *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. de José MATTOSO, Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 153–177.
- FERNANDES, Isabel Cristina; OLIVEIRA, Luís Filipe (2005)** – As ordens militares no reino de Portugal. In NOVOA PORTELA, Feliciano; AYALA MARTÍNEZ, Carlos, eds. – *As ordens militares na Europa medieval*. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, pp. 137–166.
- FERREIRA, Luís Filipe; GONÇALVES, Luís Jorge (2002)** – O castelo de Sesimbra: um castelo de fronteira marítima. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 385–388.
- FONSECA, Luís Adão da (2009)** – Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média, Militarium Ordinum Analecta*. 11, Porto: Cepese; Civilização Editora, pp. 37–55.
- GARCIA, Cristina (2008)** – *Cacela, Terra de Levante. Memórias da paisagem algarvia*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico.
- GOMES, Rita Costa (1996)** – *Castelos da Raia I – Beira*, Lisboa: IPPAR.
- GOMES, Rita Costa (1996)** – (2003) – *Castelos da Raia II – Trás-os-Montes*, Lisboa: IPPAR.
- GOMES, Rosa Varela (2002)** – Estruturas defensivas medievais de Silves. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 325–336.
- GOMES, Rosa Varela (2003)** – Silves (Xelb), *uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Mário Varela (2001)** – Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 337–346.
- GOMES, Saúl António (1997)** – A presença das ordens militares na região de Leiria. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *As ordens militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 143–204.
- GOMES, Saúl António (2004)** – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. 2.ª edição. Leiria: Câmara Municipal.

- GOMES, Saúl António (2009)** – Estrémadure Portugaise. In BÉRIOU, Nicole, JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 341–342.
- GONÇALVES, Ana (2000)** – Botões e fivela dos cavaleiros da Milícia de Évora – futura Ordem de Avis. In BARROCA, Mário e MONTEIRO, João Gouveia, eds., *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*, Catálogo da Exposição em Lisboa e Palmela, Abril a Julho de 2000, Palmela: Câmara Municipal, pp. 317–318.
- GONÇALVES, Cristina; AMARO, Clementino (2002)** – A atalaia de Belmonte da fronteira dos territórios da ordem de Santiago. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 477–484.
- HENRIQUES, António Castro (2003)** – *Conquista do Algarve (1189–1249): o segundo reino*. Lisboa: Tribuna da História.
- JANA, Ernesto (1990/91)** – *O Convento de Cristo em Tomar e as Obras durante o Período Filipino*, Dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).
- MACIAS, Santiago (2006)** – *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MAGALHÃES, Natércia (2008)** – *Algarve: castelos, cercas e fortalezas*. Faro: IGESPAR.
- MARQUES, José (1994)** – Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de Afonso III. In *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT, pp. 125–138.
- MARTINS, Miguel Gomes (2001)** – *Lisboa e a guerra (1367–1411)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTINS, Miguel Gomes (2007)** – *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245–1367)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- MARTINS, Miguel Gomes (2011)** – *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MARTINS, Miguel Gomes, e MONTEIRO, João Gouveia (2011a)** – The Medieval Military History, In Rosa, M. de Lurdes; Sousa, Bernardo Vasconcelose; BRANCO, M. João, eds., *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. de José MATTOSO, Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 459–481.
- MATTOSO, José (1982)** – *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MATTOSO, José (2006)** – *D. Afonso Henriques*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MONTEIRO, João Gouveia (1998)** – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999)** – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999a)** – Arcaísmo ou modernidade do Exército Português nos finais da Idade Média? O contributo das Ordens Militares. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas do III Encontro sobre ordens militares*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, vol. 2, pp. 259–275.
- MONTEIRO, João Gouveia (2003)** – De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449). Os desafios da maturidade, In BARATA, M. Themudo, TEIXEIRA, N. Severiano, eds., *Nova História Militar de Portugal*, vol. I (coord. José Mattoso), Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 163–287.
- MONTEIRO, João Gouveia (2010)** – *Entre romanos, cruzados e ordens militares: ensaios de história militar antiga e medieval*. Coimbra: Salamandra.
- MORENO, Humberto Baquero (1995)** – Os Castelos da Ordem de Avis no século XV. In *Medievo Hispano. Estudios In Memoriam del Profesor Derek W. Lomax*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 53–63.
- NUNES, A. Lopes Pires (1988)** – *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.
- NUNES, A. Lopes Pires (1991)** – *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Lisboa: Estado Maior do Exército – Direcção do Serviço Histórico-Militar.

- NUNES, A. Lopes Pires (2005)** – *Os Castelos Templários da Beira Baixa*, Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- NUNES, Duarte Gil Oliveira (2010)** – *A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras.
- OLIVEIRA, José Augusto C. F. (2008)** – *A Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2005)** – Ordens Militares. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, ed. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 453–502.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2009)** – *A coroa, os mestres e os comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago [1330–1449]*. Faro: Universidade do Algarve.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2012)** – As Definições da Ordem de Avis de 1327. In FERNANDES, Isabel Cristina F., ed. – *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre ordens militares*. Palmela: GESOS – Município de Palmela, vol. 1, pp. 371–388.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto (2011)** – The Military Orders. In Rosa, M. de Lurdes; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, M. João, eds., *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. de José MATTOSO, Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 425–458.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2000)** – Algumas considerações sobre os castelos da Ordem do Templo em Portugal: o exemplo paradigmático de Castelo Branco. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 7: arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 153–163.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2010)** – *Castelos Templários em Portugal (1120–1314)*. Lisboa: Ésquilo.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos (2007)** – *Castelo de Alcácer-do-Sal. Cripta arqueológica: roteiro*. Lisboa: IGESPAR.
- PAULO, Luís Campos, (2006)** – *Tavira Islâmica: a cidade e o território*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Vol. I e II (policopiada).
- PEREIRA, Armando (1998–1999)** – *Avis, viagem a uma vila medieval. A Cidade de Évora*. Évora. 2.ª série, 3, pp. 9–35.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2000)** – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2012)** – Um olhar sobre o convento da Ordem Militar de Santiago em Alcácer do Sal. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *As ordens militares: freires, guerreiros, cavaleiros: actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, vol. 2, pp. 1027–1044.
- PEREIRA, Paulo (2005)** – *Lugares mágicos de Portugal: III – Idades do Ouro; VIII – Templários e Templarismos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Paulo (2009)** – *Convento de Cristo, Tomar*. Lisboa: IGESPAR; Scala Publishers.
- PIMENTA, Maria Cristina (2002)** – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*, Palmela: GESOS – Câmara Municipal.
- PONTE, Salete da; FERREIRA, Rui; MIRANDA, Judite (2001)** – Intervenção arqueológica no Castelo de Tomar. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 423–438.
- RAMOS, Carlos, MARTINS, Artur, MURALHA, João, ESTORNINHO, Alexandra (1993)** – O Castelo de Aljustrel – Campanhas de 1989 e 1992. *Vipasca*. Aljustrel, 2, pp. 11–40.
- REGO, Miguel (2001)** – Noudar no contexto da margem esquerda do Guadiana em época islâmica. In *I Jornadas de Cultura Islâmica (Almonaster la Real)*. Almonaster la Real: Ayuntamiento, pp. 100–112.
- REGO, Miguel (2003)** – A ocupação islâmica de Noudar. *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto: Afrontamento; Mértola: Campo Arqueológico, pp. 69–82.
- RODRIGUES, Jorge (2011)** – *Galileia, locus e memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal, do início do século XII a meados do século XIV: da formação do Reino à vitória no Salado*. Tese de Doutoramento (policopiado), pp. 581–660.

- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1985)** – O Mosteiro de Flor da Rosa, análise arqueológica: o claustro (sécs. XIV–XVI). In *Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Castelo de Vide: Comissão Regional de Turismo de S. Mamede/ Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1986)** – *Santa Maria de Flor da Rosa: um estudo de história de arte*. Crato: Câmara Municipal.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1986a)** – Algumas perspectivas de intervenção arqueológica na vila do Crato. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Lisboa: IPPC, pp. 115–125.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (2009)** – *O Mosteiro de Flor da Rosa*. Lisboa: IGESPAR.
- RUIZ, Rafael Azuar; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (no prelo)** – La fortificación del Califato almohade. In *Actas del Congreso Internacional Miradas Cruzadas, 1212–2012 Las Navas de Tolosa, Jaén*. Jaén: Universidad.
- SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo (1992)** – Almada medieval-moderna: um projecto de investigação. *Al-Madan*. Almada. II Série. 1, pp. 5–12.
- SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia; GONÇALVES, Ana (2002)** – Novos dados antropológicos para Évora antiga: os cavaleiros medievais. In BARROS, Luís M.; HENRIQUES, Fernando J. R., eds. – *Actas do III Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal, pp. 207–229.
- SILVA, Carlos Tavares; GOMES, Rosa Varela (2001)** – Primeiros resultados das intervenções arqueológicas no Castelo de Aljezur. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 347–356.
- SILVA, Isabel Morgado Sousa (2002)** – A Ordem de Cristo (1417–1521). *Militarium Ordinum Analecta*, nº 6, Porto, pp. 1–503.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1989)** – Castelos e cercas medievais: séculos XIV e XV. In MOREIRA, Rafael, ed. – *História das fortificações portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, pp. 55–72.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1995)** – *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1997)** – A igreja de Santiago da Espada de Palmela. In *O fascínio do Fim: viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 61–74.
- SILVEIRA, Ana Cláudia (2012)** – The port city of Setúbal (Portugal) under the control of the Order of Santiago (1400–1550). In EDBURY, Peter, ed. – *The military orders. Volume 5: politics and power*. Farnham: Ashgate, pp. 413–426.
- VALENTE, José (2002)** – *Soldiers and settlers: the Knights Templar in Portugal, 1128–1319*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade da Califórnia, Santa Bárbara.
- VARGAS, José Manuel (1999)** – O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de Afonso II. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, vol. 2, pp. 105–129.
- VITERBO, Sousa (1988)** – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Notas

- 1 Fernandes, 2004.
- 2 Paixão, Carvalho & Faria, 2007.
- 3 Macias, 2006.
- 4 Ponte, 2001, pp. 423–438.
- 5 Gomes, M., 2001, pp. 337–346.
- 6 Catarino, 1998.
- 7 Silva & Gomes, 2001, pp. 347–356.
- 8 Ramos, Muralha & Estorninho, 1993, pp. 11–40.
- 9 Correia & Picard, 1993, pp. 71–89.
- 10 Rego, 2001, pp. 100–112.
- 11 Catarino, 2005.
- 12 Paulo, 2006.
- 13 Garcia, 2008.
- 14 À luz das recentes investigações de Pereira e Rodrigues, o mosteiro de Flor da Rosa seria, originalmente, uma fortaleza.
- 15 Em *Nova História Militar de Portugal*, Dir. José Mattoso, Vol. 1.
- 16 Pereira, 2005.
- 17 Ponte, 2001.
- 18 Dias, 2012.
- 19 Costa, 2000; Costa & Rosa, 2001.
- 20 A problemática da doação de Guidimtesta é tratada em estudo de Costa & Barroca, 2009, pp. 679–714.
- 21 Veja-se o artigo de Jorge Rodrigues nestas actas.
- 22 Barroca, 2002, p. 540.
- 23 Sobre a herança muçulmana, consulte-se, nestas actas, o artigo de Fernando Branco Correia.
- 24 Fernandes & Barroca, 2009, p. 105.
- 25 Referimo-nos às intervenções arqueológicas realizadas em Juromenha por Fernando Branco e Christophe Picard, em Noudar por Miguel Rego, em Paderne por Helena Catarino e em Albufeira por Mário Varela Gomes.
- 26 O projecto intitula-se: *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*, sediado no Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE/UP). Para mais informação veja-se o artigo de Cristina Pimenta e Luís Adão da Fonseca nestas actas.
- 27 Fernandes, H., 2005, pp. 451–479; Correia, 2003, pp. 71–89.
- 28 Ana Gonçalves, 2000, p. 317–318.
- 29 Veja-se o artigo de Cláudia Silveira nestas actas.
- 30 M. Teresa Lopes Pereira, 2000 e 2012. Veja-se ainda artigo da autora nestas actas.
- 31 Veja-se, nestas actas, o artigo de Susana Gómez Martínez e Maria de Fátima Palma.
- 32 Gonçalves & Amaro, 2002, pp. 477–484.
- 33 Durand, 1982.
- 34 Conde & Vieira, 2005, pp. 555–588.
- 35 Fernandes, H., 2005, 452.
- 36 Boisselier, 1999, 2003.
- 37 Gomes, S., 1997, 2004, 2009.
- 38 Para além dos autores citados (M. Barroca, M. Martins, J. G. Monteiro), veja-se Barbosa, 2005 e 2008.
- 39 Para este âmbito, veja-se o excelente estado da arte de Martins & Monteiro, 2011, pp. 459–482.
- 40 Referimo-nos ao artigo de Luís Oliveira nestas actas: Os castelos dos freires.
- 41 O primeiro foi organizado pelo Município de Palmela e o segundo pelo Município de Óbidos.
- 42 Veja-se L. Oliveira, nestas actas.
- 43 Fernandes, H., 2000.